

## Artigos Originais

### SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA: reflexões sobre experiências de estágio na educação

#### Original Articles

### SOCIAL WORK IN ANGOLA: reflections on internship experiences in education

Aires Muecália Julião Caneca\*

[airescaneca2013@gmail.com](mailto:airescaneca2013@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/2908981301891566>

Fernanda de Oliveira Sarreta\*\*

[fersarreta2009@yahoo.com.br](mailto:fersarreta2009@yahoo.com.br)

<http://lattes.cnpq.br/9852924287537869>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 -  
está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



#### RESUMO

O artigo tem como objetivo fortalecer o debate sobre a contribuição do Serviço Social em Angola e refletir sobre as desigualdades sociais e possibilidades da atuação profissional na área da educação angolana. A partir de uma perspectiva crítica de formação profissional, a profissão vem construindo alternativas e possibilidades de atuação nas políticas sociais do país, e as experiências bem sucedidas do estágio supervisionado podem contribuir com este reconhecimento. O texto está organizado a partir de uma breve contextualização sócio-histórica do país e da política de educação, sobretudo, as consequências e impactos da adesão do Estado ao modelo capitalista a partir de sua independência. Em seguida, analisa as expressões das desigualdades sociais no espaço educacional e a formulação da política social de educação; bem como, as conquistas da população com a regulamentação da Constituição da

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Câmpus de Franca/SP. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assistente social da Clínica da Marinha de Guerra Angolana. Educador Social pelo Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social (QUAVISSS).

\*\* Docente da Graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Câmpus de Franca/SP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social (QUAVISSS).

República de Angola em 2010, que assegura princípios democráticos e participativos e direitos básicos, como a educação. Esta reflexão é fruto das experiências vivenciadas no estágio supervisionado de Serviço Social na área da educação em Luanda e das análises realizadas na formação profissional do curso de mestrado da pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

**Palavras-chave:** serviço social. política de educação. desigualdades sociais. estágio.

### **ABSTRACT**

The article aims to strengthen the debate on the contribution of Social Work in Angola and reflects the social inequalities and possibilities of professional activity at Angolan education. From a critical perspective of professional training, the profession has been building alternatives and possibilities for action in the country's social policies, and the successful experiences of the supervised internship can contribute to this recognition. The text is organized based on a brief socio-historical contextualization of the country and education policy, especially the consequences and impacts of the State's adherence to the capitalist model after its independence. Then, it analyzes the expressions of social inequalities in the educational space and the formulation of the social policy of education; as well as the achievements of the population with the regulation of the Constitution of the Republic of Angola in 2010, which ensures democratic and participatory principles and basic rights, such as education. This reflection is the result of the experiences lived in the supervised stage of Social Work in the area of education in Luanda and of the analyzes carried out in the professional training of the postgraduate master's course in Social Work in Brazil.

**Keywords:** social work. educational policy. social inequalities. internship.

### **INTRODUÇÃO**

O Serviço Social é uma profissão reconhecida mundialmente, que atua nas expressões das desigualdades sociais e injustiças, relacionadas às condições de vida e de trabalho da população na sociedade capitalista. Em Angola, a profissão vem construindo experiências e alternativas no âmbito das políticas sociais e públicas para a defesa dos direitos sociais, como a política de educação. Desse modo, reconhece a educação como um direito humano fundamental que deve ser resguardado pela sociedade e todas as profissões.

Entretanto, o cenário contemporâneo está marcado por transformações que incidem diretamente em todos os aspectos da vida em sociedade que, ao priorizar o mercado, estimula o individualismo, preconceitos, violências, entre

outros, e a educação tem sido uma área onde se manifestam estes problemas complexos e cada vez mais agravados. A necessidade de uma quebra do paradigma da educação tradicional, trazendo o debate sobre o trabalho multiprofissional e interdisciplinar é importante, para que dê conta da complexidade dos problemas na educação.

Os princípios que orientam o Serviço Social mundial é a defesa dos direitos humanos e justiça social para “[...] superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego.” (CFESS, 2010). Ainda, reconhecendo o Serviço Social brasileiro, como referência mundial da profissão, a categoria defende um projeto profissional comprometido com a construção de uma nova sociabilidade e de ruptura com a integração social no capitalismo e sua perspectiva burguesa, o que implica romper com a desigualdade e lutar pela socialização dos bens e serviços produzidos (CFESS, 2010).

As contradições postas pelo capitalismo contemporâneo e seus impactos para a profissão, reconhece a diversidade do Serviço Social em Angola e as suas particularidades, e a construção de experiências e possibilidades para a institucionalização da profissão nas políticas sociais do país, em especial, na educação. Assim, esta reflexão tem como pressuposto que a atuação do Serviço Social na área da educação em Angola torna-se relevante por sua contribuição no processo de construção da cidadania, de acesso aos direitos sociais, de articulação da educação com outras políticas sociais, de ações democráticas e participativas, sobretudo, no trabalho socioeducativo que possibilite o fortalecimento dos sujeitos no processo de formação crítica.

A partir de uma perspectiva crítica, este relato de experiências sobre o estágio de Serviço Social da área da educação em Luanda, Angola, tem como objetivo fortalecer o debate sobre a contribuição da profissão neste espaço de trabalho e refletir a partir destas experiências as possibilidades, dentro desta realidade, de inserção da atuação do(a) assistente social na política social de educação.

O texto está organizado a partir de uma breve contextualização sócio-histórica do país e da política de educação e, em seguida, analisa as expressões das desigualdades sociais no espaço educacional diretamente relacionadas ao conflito civil armado vivenciado no país, bem como, as conquistas da população com a formulação da Constituição da República de Angola, que assegura princípios democráticos e participativos e direitos básicos da população. Apresenta as experiências do estágio supervisionado de Serviço Social na educação em 2 (duas) instituições de Luanda, que por uma questão de ética não divulga os nomes e, a seguir, relaciona com as experiências avaliadas como bem sucedidas do estágio, realizando uma discussão sobre as possibilidades e desafios da atuação do(a) assistentes social na educação.

O aprofundamento do tema, considerado relevante e atual, foi possível a partir de estudos e reflexões da formação profissional, curso de mestrado da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, nos espaços coletivos de disciplinas, grupos de pesquisas, eventos, e nas produções específicas sobre a temática de autores como Samba (2011), Martins (2007) e Monteiro (2016).

## **CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM ANGOLA**

Para abordagem do tema, surge a necessidade de uma contextualização sobre o contexto sócio-histórico do sistema de educação de Angola a partir de 1975, período em que o país se tornou independente. De 1975 até 1991, vigorava o sistema político monopartidário, caracterizado por uma economia planificada, de orientação socialista, marcado por lutas e resistências para o povo angolano. Neste período, a educação era revolucionária e predominava a ideia da educação voltada para a formação de quadros para dar respostas às necessidades daquele contexto. Sobretudo, a educação era tarefa exclusivamente do Estado, ou seja, cabia a ele assegurar todas as necessidades relativas à educação formal da população angolana.

Contudo, em consequência da política de educação seletiva do regime colonial,

[...] Angola chegou à independência com uma taxa de analfabetismo na ordem dos 85%, uma das mais elevadas do mundo (PNUD, 2002, p. 26). Essa situação dramática levou o novo governo a dar prioridade à educação, aplicando [...] grandes investimentos [e a] adoção de uma nova ideologia política, tendo em vista a formação do novo cidadão angolano, com uma nova personalidade moldada nos ideais nacionalistas, [o que] conduziu à aprovação de reformas que erradicassem a iliteracia. (LIBERATO, 2014, p. 1018).

A partir de 1975 o país avança com a aprovação de uma legislação específica, “[...] que nacionaliza o ensino e cria um Sistema de Ensino Geral, de formação técnica e profissional, [onde o Estado assume] a responsabilidade de oferecer educação para todos os angolanos.” (LIBERATO, 2014, p. 1018). A publicação do Decreto n. 26 de 1977 estruturou a Política de Educação

[...] como meio de consolidação da independência nacional e definiu a educação como um direito assente nos princípios da universalidade, livre acesso e igualdade de oportunidades no acesso à escola e à continuação dos estudos (PNUD-Angola, 2002, p. 26), bem como, a sua gratuidade no seu sentido mais amplo. (LIBERATO, 2014, p. 1018).

O governo estabeleceu a educação como “rioridade política, dirigindo para esta área “[...] grandes investimentos numa tentativa de ultrapassar os fracassos do regime colonial.” (PNUD-Angola, 2002, p. 26 *apud* LIBERATO, 2014, p. 1018). Este momento é marcado por várias iniciativas de

[...] campanhas de alfabetização por todo o país, [envolvendo as] escolas, empresas, fábricas, aldeias rurais, instituições militares, dando continuidade ao trabalho que já era realizado nos acampamentos militares, quando da luta pela independência. [Assim,] o ensino foi estruturado em cinco etapas: ensino primário, ensino secundário (I e II nível), ensino médio e universitário. (LIBERATO, 2014, p. 1018-1019).

Apesar dos avanços registrados nesta época, é preciso referenciar que este contexto foi muito difícil e marcado por contrariedades políticas e conflitos dos partidos que procuravam sua hegemonia, infelizmente, sem algum entendimento possível levou o país para uma guerra fratricida que durou de 1975 a 2002. Este conflito civil trouxe consequências drásticas para todos os setores

da sociedade, inclusive para a educação, tais como a degradação das infraestruturas de ensino, êxodo de recursos humanos e qualificados, decréscimo da qualidade da oferta, aumento de números de alunos nos centros urbanos, dentre outros expressivos.

Ao analisar este contexto, reflete Mazula (1995, p. 169):

Essas dificuldades foram aumentando à medida que a situação econômica do país se agravava, conduzindo ao questionamento em relação à qualidade do ensino, sobretudo se tivermos em conta que a maioria dos professores não tinha qualificações para a prática docente. No entanto, entre uma qualidade que justificava o caráter seletivo e discriminatório do ensino colonial e a quantidade que garante a todos os cidadãos oportunidades iguais de acesso à escola, as populações optaram pela última. Preferem ter alunos recebendo aulas ao ar livre à sombra de uma árvore, sentados no chão ou albergados num alpendre abandonado, a ter poucos alunos selecionados em salas de aula convencionais tecnologicamente bem equipadas.

O conflito armado provoca um impacto negativo direto nas zonas urbanas, bem como, nas zonas rurais com a migração da população para as cidades, conduzindo a área da educação a um colapso. Os dados do Ministério do Planeamento de Angola mostram que “Em 1997 ‘mais de um milhão e meio de crianças estavam fora do sistema escolar, ainda, que as taxas de escolarização eram muito baixas e o analfabetismo apresentava-se, uma vez mais, elevado’.” (ANGOLA, 1997, p. 44 *apud* LIBERATO, 2014, p. 1022).

Em 2002, Angola conhece os “ventos da paz” que culminou na reconciliação entre as partes conflitantes da guerrilha, e o país entra num franco processo de reconstrução nacional, com a reposição paulatina de infraestruturas sociais, de formação de profissionais no país e no exterior, para fazerem face às necessidades de todas as áreas, como educação, saúde, habitação, infraestrutura entre outras. Inicia-se um período de gestão independente, abrindo um novo rumo para o país marcado com grandes reformas institucionais e desafios que tendencialmente vão alimentando as expectativas do povo angolano de forma adaptativa.

Com o fim do conflito civil, inicia-se um período marcado por dois elementos fundamentais: a multipartidarização com a instalação do sistema democrático e a transição política caracterizada por uma economia de mercado,

baseada no sistema capitalista e que perdura até os dias atuais.

Na área da educação o Estado enfatiza a iniciativa privada, com abertura de colégios, como uma alternativa para atender a situação emergente daquele contexto e dos acontecimentos históricos. Desse modo, o “[...] ‘ensino gratuito para todos’ conheceu, [...], o seu término, sendo obrigatório o pagamento de taxas administrativas para a frequência escolar”, e apenas o ensino de nível primário permaneceu gratuito (LIBERATO, 2014, p. 1022). Registra-se uma massiva aderência dos cidadãos para o acesso à educação, culminando com a construção de uma infraestrutura em todos os níveis de ensino (SAMBA, 2011).

Entretanto, com o regime capitalista em vigor adaptando a livre iniciativa econômica e empresarial, a área da educação torna-se um terreno fértil para investimentos privados fazendo com que as desigualdades na educação aprofundem cada vez mais, observadas nas suas mais variadas expressões, tais como, falta de vagas, dificuldade de acesso, em especial, da população residente na zona rural etc.

A Lei de Bases do Sistema de Educação n. 13 de 2001, estabelece que

[...] a transição da economia de orientação socialista para uma economia de mercado, sugerem uma readaptação do sistema educativo, com vista a responder as novas exigências da formação de recursos humanos, necessários ao progresso sócio- económico da sociedade angolana; [...]. (ANGOLA, 2001a, p. 1).

O que demonstra que a adesão do Estado ao mercado não prioriza a educação pública, como um direito da população, e no Artigo 1º define que:

1. A educação constitui um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do País e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científico - técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e gimno- desportivas.
2. O sistema de educação é o conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a educação, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social. (ANGOLA, 2001a, p. 2).

A educação como direito universal é garantida pelo Estado angolano apenas no ensino primário, conforme o Artigo 7º referente à sua gratuidade:

1. Entende-se por gratuidade a isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e o material escolar.
2. O ensino primário é gratuito, quer no subsistema de ensino geral, quer no subsistema de educação de adultos.
3. O pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e do apoio social nos restantes níveis de ensino, constituem encargos para os alunos, que podem recorrer, se reunirem as condições exigidas, à bolsa de estudo interna, cuja criação e regime devem ser regulados por diploma próprio. (ANGOLA, 2001a, p. 4).

É importante reconhecer que o processo de reconstrução do país e dos desafios impostos pela conjuntura social, econômica, política, educativa, não pode ser negado e exigiu, e vem exigindo, esforços de toda a sociedade.

A Constituição da República de Angola de 2010 é um avanço expressivo ao reconhecer e defender a independência do país, com objetivo fundamental de construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social (ANGOLA, 2010). Estes princípios estabelecidos são fundamentais para a organização da democracia representativa e participativa, na defesa dos direitos e liberdades fundamentais da população, individual e coletivamente. O Artigo 21º da Constituição estabelece como tarefas fundamentais do Estado angolano:

- g) Promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito, nos termos definidos por lei;  
[...]
- i) Efectuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento auto-sustentável; [...]. (ANGOLA, 2010, p. 9-10).

Desse modo, a luta pelo acesso universal à educação é um processo a ser conquistado, reconhecendo que a educação tem relação direta com a saúde, a economia, a cultura e outros setores da sociedade, ou seja, depende da integração das políticas sociais e dos esforços de todos os setores. Sobretudo, depende da contribuição de conhecimentos, saberes e experiências das profissões relacionadas, como o Serviço Social, para que a educação seja

reconhecida em sua totalidade.

Há um reconhecimento mundial que o conhecimento científico e as tecnologias devem estar à disposição da melhoria da qualidade de vida das sociedades, portanto, um conhecimento que reconheça as particularidades históricas e a realidade de cada povo, sem imposição ou modelos a serem seguidos. Como ensina Freire (2005) a educação reconhecida como prática de libertação, e não de dominação, a partir do diálogo e da problematização da realidade vivida e sentida pelas pessoas, suas necessidades, expectativas e projetos de vida. Para o autor, o enfrentamento da realidade para a superação dos problemas precisa ser feito historicamente, na “[...] reflexão e ação verdadeiramente transformadoras da realidade, fonte de conhecimento reflexivo e criação.” (FREIRE, 2005, p. 106).

Ao reconhecer o caráter inacabado dos homens e que a realidade está em constante transformação, a educação deve ser reconhecida como uma atividade permanente, visto que ela se constrói e se reconstrói no movimento da realidade. Assim, o autor reflete que a “[...] humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão.” (FREIRE, 2005, p. 32). O processo de desumanização coisifica os homens e, portanto, a luta pela sua humanização é fazer com que deixem de ser “coisas”, para se reconstruírem como sujeitos de sua própria história.

Com referência em Marx, Freire (2005) reflete que a atividade dos homens é de transformar a realidade opressora, o que exige a reflexão e a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. No cenário contemporâneo é preciso enfrentar o problema da humanização e desumanização, pois as contradições existentes geram uma sociabilidade desumanizada e individualista. O trabalho educativo realizado em situações concretas, a partir da relação dialética, da contradição, entre opressores e oprimidos, é necessário para que possa orientar uma ação visando a superação dessas contradições e problemas.

O processo de educação é um ato eminentemente humano, pois só os seres humanos tem consciência de sua incompletude e por isso busca compreender e transformar o mundo que vive e percebendo a sua importância (FREIRE, 2005). Portanto, a educação nessa perspectiva problematizadora e dialógica pode contribuir para a história que humaniza a sociedade.

Esta perspectiva está coerente com a concepção crítica do Serviço Social como profissão, no enfrentamento de toda forma de opressão e exploração para a construção dos projetos profissionais. O(a) assistente social atua no âmbito das relações sociais, com indivíduos, grupos, famílias, comunidades e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, visando a melhoria das condições de vida (MARTINS, 2007).

## **AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO**

O alcance da paz em 2002 é reconhecido como uma conquista humanitária da população angolana, uma vez que a guerra deixou marcas em toda a estrutura da sociedade. As consequências deste conflito civil estão presentes no cenário atual e, marcadas por desigualdades próprias do sistema capitalista, comprometem o desenvolvimento e a gestão das políticas sociais e serviços, inclusive da educação.

A análise do Instituto Nacional de Estatística (INE), na publicação do primeiro Relatório dos “Objectivos de Desenvolvimento Sustentável de Indicadores de Linha de Base - Agenda 2030”, expressa o compromisso da sociedade angolana no enfrentamento dos desafios relacionados aos indicadores para a melhoria da qualidade de vida. O Relatório aponta que, a população

[...] em 2018 foi projectada em 29 250 009, sendo a idade mediana de 16,5 anos, com uma taxa de crescimento anual de 3,3%. [...] Um pouco mais da metade da população (53%) reside em apenas 5 províncias do país, nomeadamente, Luanda, Huíla, Benguela, Huambo e Cuanza Sul. A densidade da população a nível nacional é de 23 pessoas por quilómetro quadrado. (INE, 2018, p. 14).

Mostra, ainda, um número significativo de estudantes com seus respectivos professores alojados em condições desfavoráveis, mobilizações para a construção de infraestruturas escolares adequadas, manifestações de professores em consequência dos baixos salários e precárias condições de trabalho, o alto índice de crianças excluídas do sistema de ensino. E, em algumas zonas registra-se o fenômeno do absentismo e evasão escolar, taxa de analfabetismo ainda elevada, estimando-se a existência de um (1) em cada quatro (4) cidadãos angolanos que não sabe ler nem escrever (INE, 2018). E, compromisso de “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, são prioridades nacionais, sendo o Objetivo 4 “Educação de qualidade”, que tem como principal desafio o combate ao analfabetismo e a alfabetização de jovens e adultos estabelecidas como metas prioritárias para o desenvolvimento sustentável (INE, 2018, p. 52-62).

Nesse contexto, a educação no sistema capitalista tem sido um setor de grande interesse do mercado mundial, e não apenas de Angola. As expressões das desigualdades na escola se apresentam cada vez mais agravadas, o que demonstra a necessidade de uma quebra de paradigmas da educação tradicional, ampliando para uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar com a contribuição de vários saberes e conhecimentos no universo escolar.

O desenvolvimento integral dos estudantes deve envolver a família, a comunidade e a sociedade em geral. Portanto, no processo educativo e de formação dos sujeitos a construção de espaços dialógicos e participativos é fundamental para construção de alternativas que busquem atender as necessidades e expectativas da educação em sua totalidade. Nessa perspectiva, de construção de cidadania, o processo educativo não se limita à transmissão de conteúdos e conhecimentos, envolve questões objetivas e subjetivas dos estudantes, suas relações familiares, condições de vida, expectativas, projetos de vida, entre outras (MARTINS, 2007).

Os estudos de Samba (2011) sobre a educação em Angola e a contribuição do Serviço Social nesta área, revelam que as famílias vivenciam mudanças na sua forma de organização e na dinâmica, apresentando novas

demandas que precisam ser acolhidas, tais como, a gravidez precoce, comportamentos agressivos em todos os níveis de ensino, são situações que apesar de ultrapassar o processo pedagógico, impactam sobre o mesmo comprometendo o sucesso educacional. Nas palavras do autor, estamos diante de um cenário que exige “[...] cada vez mais uma intervenção interdisciplinar na realidade contemporânea do país, pois percebemos que os educadores sozinhos não dão conta dos inúmeros desafios impostos à educação.” (SAMBA, 2011, p. 419).

Esta realidade é complexa e não é apenas um problema local e de Angola, envolve a área da educação das diversas sociedades, como um direito humano fundamental. As situações que se manifestam na escola, envolvem a família, as comunidades e a sociedade em geral, invadem o universo escolar e exigem estratégias, projetos e profissões na busca de alternativas e respostas satisfatórias e bem sucedidas, no âmbito das políticas sociais.

A questão social como objeto de trabalho do Serviço Social, é um grande desafio da profissão no país, conforme explica Iamamoto (2006), reflete as relações contraditórias e próprias do sistema capitalista. A população tem cotidianamente as necessidades negligenciadas e dificuldades no enfrentamento de seus problemas, portanto, a profissão pode articular alternativas de facilitar o acesso ao direito à escola e na gestão do contexto que estas realidades antagônicas remetem.

O Serviço Social na área da educação, como um dos espaços sócio-ocupacionais do(a) assistente social, desenvolve ações que vão além do que está posto no processo pedagógico de ensino e aprendizagem, que é a relação entre aluno e professor. Para Martins (2007, p. 224), a profissão pode contribuir nas escolas integrando

[...] esta realidade particular a um contexto mais amplo, na perspectiva da totalidade, dando visibilidade aos determinantes que incidem sobre aquela comunidade. Só assim será possível romper a alienação que a lógica capitalista impõe aos indivíduos e às instituições.” “Na ampliação do conhecimento crítico sobre a realidade social desempenha um papel estratégico na luta pelo atendimento de necessidades e interesses das classes subalternas.

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social brasileiro:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. (CFESS, 2013, p. 16).

Portanto, a presença do(a) assistente social torna-se cada vez mais relevante por sua significativa contribuição na construção da cidadania, no acesso aos direitos sociais através da articulação da escola com outras políticas sociais, na atuação socioeducativa que possibilite o envolvimento e fortalecimento dos indivíduos e da comunidade, consubstanciando-se no processo formativo e educacional na perspectiva crítica.

Outro aspecto a ser destacado, o Serviço Social tem uma formação que habilita o profissional para atuar na organização de grupos, mobilização de comunidades, integração dos sujeitos no âmbito das instituições entre outras competências próprias. O conteúdo de metodologias dialógicas e participativas tem sido cada vez mais presente na formação profissional, na direção da construção de espaços reflexivos que aproximem os atores envolvidos para na resolução de seus problemas.

Nesse sentido, a contribuição de Freire (2003) é atual quando ensina que a educação deve acontecer na interação dos sujeitos, através da palavra e da aprendizagem de escutar, como condição para conhecer o outro sujeito. O autor coloca o tema do amor como fundamento para o diálogo, ensinando que não há diálogo se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Aqui, o amor como expressão de respeito, reconhecimento, sem nenhuma relação de dominação no processo de educação e aprendizagem, para conhecer as necessidades dos estudantes, famílias e comunidade.

## O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO: RESULTADOS DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS

A partir desta reflexão, o estágio de Serviço Social é uma atividade integrada da formação no Curso de Graduação em Serviço Social, ou seja, um requisito obrigatório da grade curricular. A relevância deste tema reside no fato de que há uma verdadeira simbiose entre a trajetória histórica do Serviço Social neste país africano, com a atuação dos docentes assistentes sociais e estagiários(as) nas escolas.

De acordo Monteiro (2016, p. 103):

[...] o Serviço Social em Angola conheceu sua institucionalização em 1962, fruto de um acordo entre o governo colonial e a Igreja Católica. E em consequência dos rebatimentos políticos que se vivia na época, em 1977 foi abolido, tendo assim conhecido a sua reinstitucionalização em 2005, fruto do engajamento da Igreja Católica. Começando com o Instituto Superior João Paulo II - ISUP-JP-II ligado à Universidade Católica de Angola (UCAN), com os cursos de Serviço Social e Educação Moral e Cívica. Portanto, com o arranque do Curso de Serviço social urge a necessidade de cooperar com as instituições pelas quais os formandos iriam adquirir suas práticas profissionais para o posterior exercício profissional, culminando assim com o estágio.

Um dos setores que os estagiários, futuros assistentes sociais, são lançados é o setor da educação sendo as escolas campos, tanto as públicas como as privadas.

Fruto da dinâmica social que o país caminhava, em 2010 é criado o Instituto Superior de Serviço Social de Angola (ISS), instituição pública que de formação de assistentes sociais e educadoras de infância. Assim, existem em Angola três Instituições de Ensino relacionadas à formação em Serviço Social, sendo:

1. Curso de Educadores Sociais, fundado em 1992, instituição de nível médio pertencente a Igreja Católica;
2. Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II), da Universidade Católica de Angola (UCAN), criado em 2005 e,
3. Instituto Superior de Serviço Social de Angola (ISSS), instituição de ensino público criada em 2010.

Para o Serviço Social o estágio é um exercício que integra a relação teoria e prática, de todo aprendido durante o processo formativo. É um momento de formação a partir da aproximação do estudante com a realidade social, envolve reflexão, estudo, criatividade e desenvolvimento da autonomia, ou seja, um processo insubstituível na formação do(a) assistente social.

Nesse sentido, o estágio não deve ser visto como treinamento da intervenção profissional, pois não há no Serviço Social respostas prontas para a realidade, visto sua dinamicidade e complexidade. A intervenção na realidade posta requer a formação de profissionais propositivos e orientados a pensar e problematizar as contradições inerentes ao sistema capitalista [...].

Trata-se, [portanto,] de um momento da formação acadêmica que deve possibilitar a inserção do(a) estudante nos espaços de trabalho em que estão inseridos os(as) assistentes sociais supervisores de campo, possibilitando a construção de elementos críticos do conhecimento concreto a partir de múltiplas determinações que se reproduzem no ambiente [educacional e social]. (SANTOS; SILVA, 2015, [p. 4]).

Para tanto, o estágio é um processo formativo de aproximação da realidade social e de reflexão do conhecimento teórico e metodológico, a partir da prática que observa e das experiências que vivencia, além das habilidades que aprende a desenvolver durante o processo de formação profissional (PIMENTA; LIMA, 2012).

As experiências do estágio de Serviço Social na área da educação foram realizadas com a Supervisão de docentes da Universidade Católica de Angola (UCA), durante o 4º ano da graduação, no ano 2014. É importante esclarecer que a supervisão de estágio pelos docentes assistentes sociais justifica-se uma vez que em Angola a profissão ainda não está inserida na área da educação, e a supervisão do estágio foi realizada em durante todos os momentos.

O estágio foi realizado em 2 (duas) instituições de educação, localizadas na província de Luanda, sendo 1 (uma) do ensino especial e 1 (uma) de Organização Não Governamental (ONG); e, seguiu todas as orientações específicas para a formação profissional, as quais são organizadas nas seguintes fases: inserção na instituição campo de estágio; integração; identificação dos problemas; priorização dos problemas; elaboração do plano de ação e intervenção (CANECA, 2017).

O estágio na instituição de ensino especial mostrou que o número de escolas específicas para o atendimento de portadores de deficiências é muito reduzido no país, e muitas crianças em idade escolar encontram-se fora do sistema do ensino especial. As deficiências estão relacionadas com a formação congênita, outras são adquiridas e algumas são frutos da fase de guerra vivida na época e as consequências dela decorrentes. Entre as doenças em que estas crianças são portadoras destacam-se as seguintes: surdos e mudos, amblíopes, deficiência mental leve, moderada e profunda.

A área pedagógica do ensino especial está relacionada e depende do programa nacional de educação, no entanto, no momento do estágio o país não conseguiu organizar as condições adequadas para trabalhar com autonomia e necessidades apresentadas. Entre os problemas identificados destacam-se: grande número de alunos com deficiência grave junto com os moderados e leves, o que dificulta a atenção e o trabalho do professor; insuficiente número de professores capacitados e especializados para o ensino especial; saneamento básico precário; falta de água canalizada; desajustamento de horários entre as crianças e os responsáveis no momento da saída das aulas; fraco acompanhamento dos profissionais de diagnóstico do ensino especial e ausência de assistente social na escola. A partir do diagnóstico realizado com a equipe escolar e a supervisão docente, delineou-se um plano de ação para procurar minimizar os problemas priorizados e poderiam ter a intervenção do Serviço Social. Dessa forma, atentando para o fato de que muitos problemas identificados eram de natureza estrutural, e dependem das políticas específicas da “política de educação”, priorizou-se ações nos seguintes problemas:

- O desajustamento de horários entre as crianças e os seus responsáveis no momento da saída das aulas, sendo uma situação bastante constrangedora para os alunos e podem colocar em risco a segurança pessoal, necessitando trabalhar o compromisso dos responsáveis com as crianças e,

- O acompanhamento insuficiente dos profissionais especializados no diagnóstico de crianças do ensino especial, responsáveis em realizar o diagnóstico no período da matrícula e acompanhamento durante o ano letivo.

Para efeito realizou o mapeamento do registro das crianças, ou de conhecimento de instrumental próprio, a ficha social, com o nome completo, composição familiar, condição socioeconômica das famílias, local de residência, número de telefone e o(s) responsável(s) pela criança. Este trabalho foi realizado juntamente com a direção da escola e nos problemas priorizados, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Reunião integrada da escola com os familiares e/ou responsáveis pelas crianças, onde abordou-se o compromisso, a questão da pontualidade, esclareceu dúvidas, compartilhou informações entre outras, como disponibilizar o telefone para facilitar o contato entre familiares/responsáveis e a escola/estagiário, sempre que necessário;

- Agendamento de visitas domiciliares para mobilizar as famílias identificadas, que esqueciam de buscar os seus filhos na escola, ou tinham problemas com horário de trabalho, organizadas a partir de um cronograma e realizada mensalmente por família.

- Realização de palestra sobre a importância do acompanhamento familiar na educação da criança especial.

- Realização de reunião com os profissionais do centro de diagnóstico, para compreender o trabalho e a necessidade integração com a escola, especialmente, nas situações que exigiam maior intervenção e orientação.

A partir deste planejamento, seguiu-se a implementação das atividades articulando-as de forma integrativa envolvendo todos. A avaliação do estágio foi realizada e identificou-se que a partir da participação do estagiário o impacto nas atividades da escola foram positivos, e os problemas foram minimizados.

É com este caráter interventivo que:

[...] a escola é um espaço de significativa contribuição desses profissionais dada a dimensão educativa e política que caracteriza o seu saber e fazer profissional. Realmente são profissionais que, além da sua dimensão interventiva, também possuem uma dimensão social, educativa e política que dá um outro caráter no desenvolver de suas ações ou intervenções profissionais. Por outro lado, são profissionais habilitados para enfrentarem o desafio de efetivar a consolidação dos direitos sociais através de uma prática norteada pela interdisciplinaridade como debruçaremos [...]. (SAMBA, 2011, p. 425).

Complementando esta reflexão,

[...] o Assistente Social é um dos profissionais relevantes para atuar na educação dada a sua formação, a qual lhe confere: uma aquisição de conhecimentos que o permite responder às demandas sociais; capacidade e flexibilidade de conquistar novas e potenciais dimensões do saber e do fazer; uma análise e compreensão da realidade social; princípios éticos que redefinem suas posturas profissionais; instrumentais técnico-operativos para subsidiar suas ações sociais, pedagógicas, políticas e culturais. Por outro lado, [...] tal inserção se justifica ainda pelo fato de que as dimensões que ela tem que desenvolver concorrem para formação da totalidade social: teórico- metodológica, ético-política, investigativa e formativa. (SOUZA, 2005 *apud* SAMBA, 2011, p. 424-425).

Desse modo, está clara a importância e presença do Serviço Social na escola, pois é um espaço com uma ambiência bastante complexa e os problemas estendem-se para fora do âmbito pedagógico. A intervenção interdisciplinar e multiprofissional, onde todos agentes devem ser inseridos num plano estratégico, permite a integração e participação de todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

A experiência de estágio do Serviço Social em Organização não Governamental (ONG) demonstrou que em decorrência do conflito armado que o país viveu, a atenção de alguns países estava voltada para Angola, em ajudar nas questões que precisavam de maior intervenção cooperando assim com o Governo nas áreas prioritárias, como a educação e a saúde. A educação foi uma das principais vítimas atingidas pela guerra civil, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF, 2002), que calculou que foram destruídas cerca de 5.000 (cinco mil) escolas e, na mesma análise, muitas áreas tornaram-se inacessíveis aos estudantes devido às condições de acesso, com estradas e pontes degradadas com minas. Isto teve implicações profundas para a reinserção das crianças no sistema educativo (*apud* CANECA, 2017).

É neste âmbito que a contribuição da ONG na educação está voltada para a construção de infraestruturas escolares, envolvendo a participação da mão de obra de comunidades locais por intermédio de um processo de mobilização; ainda, a dinamização das comissões de pais e encarregados de educação, sendo que os envolvidos na ONG servem como elo entre a escola e as comunidades, com a finalidade de atuar no absentismo e evasão escolar.

A partir do estágio identificou-se que a ONG atua de maneira expressiva na organização das comissões de pais e encarregados de educação, formadas para participar na gestão das escolas construídas nos municípios, bem como, fortalecer a relação entre a escola e a comunidade, através da efetiva participação das famílias, escola e comunidade, visando a construção das novas gerações envolvidas com as questões da educação.

A partir dos objetivos delineados neste campo de estágio, a identificação dos problemas prioritários foram: o elevado índice de analfabetismo entre a população, infraestruturas sociais degradadas, casamento precoce, absentismo e evasão escolar. Ainda, identificou-se em relação às comissões: a fraca participação e colaboração dos encarregados de educação em questões educacionais dos seus educandos; o elevado número de meninas fora do sistema formal de ensino; a pouca participação das mulheres em nível das comissões; inatividade de algumas comissões e a ausência de comissões em algumas aldeias.

Atendendo o fato de que a atividade predominante das famílias seja a agricultura e a pastorícia, o absentismo e a evasão escolar tinham estas justificativas, uma vez que mandavam seus filhos para o campo ajudar nas atividades, ao invés da escola. Contudo, a partir do diagnóstico social fez-se um mapeamento de todas as comissões existentes e das escolas existentes e identificaram-se aquelas comissões que estavam inativas bem como as escolas com maior número elevado de absentismo e evasão escolar. Assim, foram realizadas atividades de reunião com os diretores das escolas, sob as autoridades tradicionais, a fim de colocar a questão em discussão. Em seguida, reuniões com os encarregados de educação e constatou-se que as estudantes mulheres não frequentavam a escola porque eram responsáveis por cuidarem dos irmãos menores, enquanto os pais trabalham na lavoura; e, os estudantes masculinos tinham responsabilidades com a pastagem e agricultura, identificando que nas comunidades de Angola, o homem é o principal responsável pelo provimento alimentar do lar.

Em relação à inatividade de algumas comissões, constatou-se que os encarregados encaravam as atividades das comissões como sendo um trabalho que tinha que ser pago, não percebiam que as tarefas ora desempenhadas os benefícios revertiam mesmo para a comunidade. Portanto, dentro do processo pedagógico:

É importante ressaltarmos que na relação escola e comunidade, entrelaçada pelas várias questões político-pedagógicas, o espaço da escola interage com os demais espaços de aprendizagens como a família, a comunidade, espaços rituais, o trabalho, entre outros espaços do viver, do observar, do sentir, do compreender, do interagir, do fazer, do conhecer e reconhecer que tais espaços interferem de modo geral no pensar e no fazer o currículo de uma educação escolar que pensamos que seja intercultural, comunitária, específica e diferenciada. (SAMBA, 2011, p. 429).

Assim sendo, traçou-se um plano de ação conjunto que se consubstanciava em criar comissões em escolas onde não existia; mediar de forma sensibilizadora o horário de frequência da escola dos filhos em relação às atividades domésticas e agropecuária; reforçar a informação sobre a necessidade da existência das comissões junto as escolas; realizou-se um ciclo de palestras sobre a importância dos estudos dos filhos, no âmbito de um futuro cada vez mais próspero. E, em seguida, realizaram-se atividades através de um plano inclusivo, tendo como principais participantes os Sobas – autoridades tradicionais, pelo fato de terem o poder na comunidade e pela influência que têm na mobilização das famílias.

Portanto, é fundamental a análise de Samba (2011, p. 435-436):

A inserção do Assistente Social no contexto ou instituição escolar mostra-se fundamental, pois trata-se de um parceiro dentro do processo de intervenção a nível individual (do aluno), grupal (professores, funcionários) e comunitário (família e comunidade). É um agente facilitador e de transformação dentro da equipe multidisciplinar da escola, que detém informações do aspeto familiar, social, económico, psicológico do aluno e que contribuirá de maneira significativa no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a partir das experiências bem exitosas do estágio de Serviço Social na educação iniciou um processo de atividades, que podem resultar em novas possibilidades de inserção do profissional nesta área em Angola.

## **A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DISCUSSÃO DE POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

No contexto angolano, apesar de existir 3 (três) instituições de formação do Serviço Social existentes, não existe a inserção do(a) assistente social nesta área. Os resultados das experiências dos estágios realizados nas escolas mostram a importância da profissão, diante do aprofundamento dos problemas e de sua complexidade, que rebatem na educação.

A atuação do(a) assistente social na educação pode se concretizar na busca de alternativas frente ao agravamento dos problemas e dos escassos recursos resultantes da relação com as desigualdades e a pobreza, próprias do capitalismo. Já que, o aprofundamento dos problemas compromete a formação, a socialização, o desempenho, todos são elementos indispensáveis no processo de formação, aprendizagem, inclusão e participação.

O estágio é concebido por Buriolla (2001, p. 13) “[...] um espaço de aprendizagem do fazer concreto do trabalho social, onde um leque de situações de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista a sua formação.” Deste modo, o estágio como a mola impulsionadora para afirmação e promoção da profissão na educação na medida em que os estágios favorecem a profissionalização enriquecendo o “saber fazer”, despertando ao estagiário a capacidade de: identificar os problemas sociais, elaborar propostas para a resolução dos problemas identificados, trabalhar em equipe, estimular a participação ativa e desenvolver um olhar crítico sobre a realidade em que atua.

É crucial que o estagiário aprofunde a relação teoria e prática, para a formação de um perfil profissional comprometido. Assim, o estágio é um processo reflexivo a partir da prática e envolve as seguintes fases:

- a) Inserção: nesta fase o estagiário, socializa-se com a instituição de estágio, por intermédio da sua recepção e integração no ambiente institucional;
- b) Diagnóstico: nesta fase os estagiários desdobram-se em contatos preliminares a nível da instituição: conversa com os responsáveis, funcionários em geral, compreender as principais ações da organização, missão institucional, grupo-alvo, visita aos projetos ou áreas de intervenção;

- c) Planificação: é a fase da elaboração dos procedimentos técnicos e metodológicos de trabalho, de acordo o diagnóstico feito. Pois nesta fase se delimita o escopo da intervenção específica do estagiário;
- d) Execução: é a fase da implementação das atividades planificadas. Pois dentro das oportunidades que os estagiários têm tido no campo de estágio, dentro do sector da educação registam-se projetos voltados para o combate ao analfabetismo, problemas de aprendizagem, condições de acesso aos serviços de saúde e saneamento, fraco aproveitamento escolar, direitos humanos, entre outros;
- e) Avaliação: é a fase que consiste no processo de análise compreensiva sobre a operação, com o objetivo de adaptar a estratégia e a aplicação às circunstâncias. (ICRA, 2007, p. 21).

Estas atividades acompanham o estágio de Serviço Social, e devem ser bem delineadas para que o(a) estagiário(a) estabeleça um processo orientado para a efetivação dos objetivos estabelecidos. Portanto, em relação à supervisão do estágio do Serviço Social é necessário referenciar o posicionamento de lamamoto (2006, p. 16), que “[...] se trata das funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas.”

Assim, considerando a importância da inserção da profissão na educação em Angola, a contribuição de Martins (1999, p. 70) é fundamental, como referência na atuação profissional:

- 1-Melhorar a convivência entre escola, família e aluno: entende-se, que uma das grandes vantagens que o Assistente Social pode fazer no contexto escolar é a união dos laços familiares. É interagindo através de ações com os pais, que se destaca a relação escola-aluno-família. Este profissional poderá perceber os fatores que determinam as questões sociais na área educacional, e preventivamente trabalhar na intenção de evitar que se repita novamente;
- 2-Beneficiar a abertura de canais nos processos decisórios da escola: Trata-se de uma gestão participativa para à viabilização do acesso aos direitos sociais, humanos e à educação em particular, por intermédio de reuniões com a equipa interdisciplinar, diretoria, discussão de propostas para novas perspectivas;
- 3-Favorecer o aprendizado do processo democrático: ações socioeducativas, intercâmbio-troca de experiências com outras escolas estimulando o processo de ensino aprendizagem e socialização; Problemas relacionados com indisciplina e outros comportamentos; problemas de aprendizagem; bullying, discriminação e preconceito; evasão escolar e absentismo;
- 4-Incentivar as ações coletivas: condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública e qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora. Isto efetiva-se por intermédio de Visitas domiciliares, Participação da comunidade no processo formativo e educativo dos seus membros; visitas guiadas em locais de aprendizagens; estimular os encarregados a participarem das atividades escolares dos seus

educandos;

5-Efetuar pesquisas para analisar a realidade social dos alunos: a dimensão investigativa particulariza o exercício profissional. Contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, estudos socioeconômicos vinculados às políticas de assistência estudantil, concessão de bolsas e definição das condições de acesso a determinados estabelecimentos educacionais;

6-Contribuir com a formação profissional de novos Assistentes Sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional.

Portanto, as atividades são dinâmicas e a realidade está em constante movimento e transformação, sendo necessário compreender que as atribuições do Serviço Social na educação surgem de acordo as demandas, necessidades, experiências, e o interesse que envolve as correlações de forças a nível institucional (LIPORONI; PIANA; SARRETA, 2017).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um dos grandes desafios no âmbito do estágio do Serviço Social em Angola é a ausência do(a) assistente social na educação, ou seja, as atividades construídas e desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) nas instituições escolares podem se perder com encerramento desta atividade.

O campo de intervenção do(a) assistente social no país apresenta-se bastante fértil, e necessita que a categoria profissional pense em várias configurações do exercício profissional, dando visibilidade na sua afirmação e consolidação. O Estado é o parceiro principal em termos de empregabilidade dos profissionais, portanto, é preciso aproveitar as experiências dos estágios realizados como referência para a institucionalização da profissão nos diversos espaços socio ocupacionais.

Considera-se, que os desafios são expressivos, mas o Serviço Social angolano vem construindo possibilidades para ampliar o acesso aos direitos sociais e a educação de qualidade. Assim, é importante ampliar o debate, as análises e reflexões para o enfrentamento dos desafios no contexto angolano, ou seja, oportunizar, estimular e fortalecer ações para a inclusão da profissão nas

escolas por intermédio de concursos públicos.

Ainda, estimular a criação de espaços sistemáticos de discussão sobre o trabalho do(a) assistente social na educação, através de eventos acadêmicos científicos e comunitários, mesas redondas, debates para a problematização de situações de forma interdisciplinar. A publicização de experiências bem sucedidas, dos estudos e pesquisas realizadas é fundamental nesse processo de institucionalização do Serviço Social.

Todas estas ações vão reforçar a importância da profissão no processo de reconstrução do país, e dar legitimidade no trabalho do Serviço Social junto aos demais profissionais da educação.

## REFERÊNCIAS

ANGOLA. Ministério da Educação de Angola. **Lei de Bases do Sistema de Educação**: Lei n. 13/01. Luanda, 31 dez. 2001a. Disponível em: [https://www.unicef.org/angola/media/1381/file/Lei%2013\\_01\\_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf](https://www.unicef.org/angola/media/1381/file/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf). Acesso em: 2020.

ANGOLA. Conselho de Ministros. **Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação (2001-2015)**. Luanda, 2001b. Disponível em: [https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/angola\\_estrategia\\_integrada\\_melhoria.pdf](https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/angola_estrategia_integrada_melhoria.pdf). Acesso em: 2020.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda, 5 fev. 2010. Disponível em: [https://governo.gov.ao/fotos/frontend\\_1/editor2/constituicao\\_da\\_republica\\_de\\_angola.pdf](https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf). Acesso em: 2020.

BURIOLO, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CANECA, Julião Muecália Aires. **Relatório final de estágio**. Universidade Católica. Luanda: UCAN, 2017.

CFESS. **Proposta do CFESS no Brasil para definição de Serviço Social**. Hong Kong, 10 jun. 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao\\_ss\\_fits\\_SITE\\_por.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao_ss_fits_SITE_por.pdf). Acesso em: 2020.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília, DF, [2013]. (Série 3 Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ICRA. **As práticas do educador social.** Luanda, 2007.

INE. **Objectivos de Desenvolvimento Sustentável Relatório de Indicadores de Linha de Base: Agenda 2030.** Luanda, 2018. Disponível em: <https://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home/publicacoes/relatorio-sobre-os-indicadores-de-base.html>. Acesso em: 2020.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 1003-1031, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000900010>. Acesso em: 2021.

LIPORONI, Andrea Aparecida Reis de Carvalho; PIANA, Maria Cristina; SARRETA, Fernanda de Oliveira . Estágio supervisionado em serviço social: significados e desafios. *In*: LIPORONI, Andrea Aparecida Reis de Carvalho; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; PIANA, Maria Cristina; LIMA, Maria José DE Oliveira. (org.). **Estágio supervisionado em serviço social: fundamentos, significados e perspectivas.** Curitiba: CRV : Cultura Acadêmica, 2017. v. 1. p. 63-75.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O serviço social na área da educação. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 8, n. 1, p. 57-72, 1999.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social: elo para construção da cidadania.** 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17821/1/Eliana%20Bolorino%20Canteiro%20Martins.pdf>. Acesso em: 2020.

MAZULA, Brazão. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985.** Lisboa: Edições Afrontamento, 1995.

MONTEIRO, António Amor. **Natureza do serviço social em Angola.** São Paulo: Cortez, 2016.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**. Nova Iorque, 2010. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2010\\_es\\_complete\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2010_es_complete_reprint.pdf). Acesso em: 28 mar. 2020.

SAMBA, Simão João. Serviço social e educação: uma parceria necessária no contexto educacional angolano. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, ano 13, n. 24, p. 419-444, 2011. Disponível em: <https://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/40/73>. Acesso em: 2020.

SANTOS, Yannes Romeika de Oliveira; SILVA, Luana Priscila Farias da. O estágio e a formação profissional do assistente social no contexto da contra-reforma. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/o-estagio-e-a-formacao-profissional-do-assistente-social-no-contexto-da-contra-reforma.pdf>. Acesso em: 2020.